

RELAÇÃO TEORIA & PRÁTICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

Apontamentos na História*

Victor Andrade de Melo**

RESUMO

Esse estudo tem por objetivo, por meio de apontamentos ligados ao desenvolvimento e criação de escolas e cursos de formação de professores na Educação Física brasileira, refletir como no interior desse processo se apresentaram questões relativas a relação teoria-prática. Ao final concluo que teoria e prática se apresentaram dissociadas desde os primórdios da Educação Física brasileira e a criação de escolas e cursos de formação de professores não só refletiu essa possibilidade, como também a referendou.

UNITERMOS: História da Educação Física; Relação teoria-prática; formação profissional.

ABSTRACT

This study has for purpose, using observations about the development and creation of the schools (or colleges) and courses of teachers formation in the Brazilian Physical Education, think about relation theory-practice in this development. At the final I conclude that theory and practice hasn't been together since the Physical Education beginning in Brazil and the schools and courses of teachers formation aid the development of this kind of matter.

UNITERMS: Physical Education History; Relation theory-practice; professional formation.

* Este estudo faz parte da dissertação de Mestrado "Escola Nacional de Educação Física e Desportos - uma possível história", em desenvolvimento no Mestrado em Educação Física da Universidade Estadual de Campinas.

** Mestrando em Educação Física - UNICAMP.



esse estudo tem por objetivo, por meio de apontamentos ligados ao desenvolvimento e criação de escolas e cursos de formação de professores na Educação Física brasileira, refle-

tir como no interior desse processo se apresentaram questões relativas a relação teoria-prática. Perceber-se-a que no decorrer desse estudo estarei fundamentalmente preocupado em desvendar uma possível lógica interna do processo de criação desses cursos e/ou escolas, no período histórico que vai do século XIX até a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). Com isso, alerto que não estarei a privilegiar análises macro, ligadas ao panorama sócio-político-econômico, embora em determinados momentos não possa me abster de tocar em pontos dessa(s) natureza(s).

De fato, penso que nesse estudo posso, identificando especificidades que permearam as articulações em torno do desenvolvimento da formação profissional na Educação Física brasileira, identificar algumas possíveis origens da dissociação teoria-prática em nossa área e até mesmo o papel das escolas e cursos de formação de professores nesse processo.

Um possível passo para começar nossa abordagem seria compreender o papel central dos militares no desenvolvimento da formação profissional na Educação Física brasileira. Desde as origens das escolas militares brasileiras pode-se observar a preocupação e a pre-

sença de profissionais especialmente vinculadas ao ensino de exercícios físicos¹. Exemplos disso são as nomeações tanto do mestre de Esgrima Antônio Francisco da Gama, em 1858, como do contra-mestre de ginástica Pedro Guilhermino Meyer, em 1860, ambos para a Escola Militar, responsável na época pela formação do oficialato do Exército. A valorização da prática sistematizada de exercícios físicos estava ligada a manutenção da boa forma do combatente, mas também a crença de sua utilidade na disciplinarização da tropa.

Tão importante quanto identificar a precoce presença de militares ligados a docência de exercícios físicos, é perceber a forte influência e presença do Método Alemão nos primórdios da institucionalização e sistematização do ensino desses exercícios no Brasil. O grande número de imigrantes alemães que continuavam com seus hábitos gímnicos, a guarda imperial, uma força militar brasileira que possuía raízes austríacas devido a influência de nossa imperatriz, e a influência do exército, que adotou como oficial o método alemão em 1860, tiveram grande influência na implantação da ginástica no Brasil, segundo os moldes desse método. É interessante observar que o próprio Pedro Guilhermino Meyer era alemão e alferes do estado maior da 2ª classe.

No meio civil a influência alemã estendeu-se a nossas escolas. Essa influência dava-se por conta da atuação direta dos professores da época, mas também através de ações governamentais como a publicação do *"Novo Guia para o ensino da Ginástica nas escolas públicas da Prússia"*, traduzido em 1870 por determinação do Governo Imperial,

que assim parecia, no mínimo, querer difundir esse método em nosso sistema escolar. Não se pode, além disso, desprezar o importante papel das sociedades alemãs de ginástica, criadas a partir de 1880 (São Paulo), que muito contribuíram no reforçar e propagar da doutrina alemã de ginástica. É importante ressaltar que, nesse momento, o alemão era uma língua muito prestigiada e difundida no país (Renault, 1982). Outra influência a ser considerada nos primeiros passos da Educação Física no Brasil é a das religiões protestantes, religiões de grande parte dos alemães que aqui chegavam.

"...Outras inovações são introduzidas graças às correntes protestantes. Dentre essas, além da prática de alguns gêneros de esporte e de novos métodos de ensino, observa-se a adoção do sistema de classes mistas" (Renault, 1982, p.84).

Embora possamos dizer que o método alemão tenha tido grande propagação, existiram resistências a essa doutrina. Uma reação mais efetiva e direta parece ter sido iniciada pelo Dr. Eduardo Augusto Pereira de Abreu com seu livro *"Estudos Higiênicos sobre a Educação Física, Intelectual e moral do soldado"*. Essa reação, no entanto, parece ter sido esvaziada pela forte influência de Meyer junto a oficialidade brasileira. No meio civil também as reações foram observáveis com Rui Barbosa, Pedro Manuel Borges, Arthur Higgins, Jorge de Moraes e Fernando Azevedo, entre outros.

De fato, no Brasil, é possível identificar preocupações relativas a existência de exercícios físicos nos currículos

escolares desde o início do século passado². Muitos regulamentos, recomendações e decretos se sucederam³ sem que efetivamente fosse implementada uma disciplina curricular⁴, provavelmente devido a dificuldades operacionais de um sistema educacional ainda engatinhando, como por exemplo espaço para a prática das atividades, e resistências devido a seu caráter *"manual"*⁵. Um exemplo disso é observável, no município da Corte, em 1876. Nessa ocasião foram propostas, para as duas escolas normais de ensino primário recém criadas, disciplinas ligadas a princípios da Educação Física, intelectual e moral e Ginástica (Marinho, 1952).

É interessante observar que diretamente ligado aos princípios da Educação Física, nesse caso colocada separadamente da Ginástica, se encontravam as mais diversas preocupações, inclusive e principalmente de ordem moral e intelectual. O que poderia significar *"princípios da Educação Física"*? Ademir Gebara (1992), procedendo análise nas primeiras publicações em língua portuguesa na área, nos mostra que o nome Educação Física não gozava de unanimidade de conteúdos, ora estando ligada a pediatria, a higiene e até a ginecologia. Para chegar a essa conclusão o autor procedeu uma análise em algumas das teses realizadas no século passado, normalmente produzidas na Faculdades de Medicina, que de alguma forma possuíam ligação com a área de Educação Física. Assim, parece que, no Brasil, os militares foram os primeiros a incluir em seus programas de formação, disciplinas ligadas a prática de exercícios físicos. Foram os médicos, no entanto, que primeiro se preocuparam com o aprofundamento do seu estudo.

É possível interpretar então que, desde os primórdios da Educação Física no Brasil, *teoria e prática* ficaram sob responsabilidades distintas? Preocupavam-se os militares em ler o conhecimento produzido pelos médicos ou se contentavam em utilizar manuais importados ou mesmo apenas o conhecimento reproduzido de forma oral? Penso que, ainda que inicialmente, alguns indicadores podem já ser percebidos. Existia um conhecimento sendo produzido e uma prática sendo realizada de forma aparentemente dissociada. Isto não significa que os “professores” (os da “prática”) de forma alguma consultassem qualquer material teórico. Possivelmente esses privilegiavam sua experiência prática, mas ampliada pelo conhecimento das experiências práticas de outros profissionais, expressos nos diversos manuais que começavam a ser editados na época, tanto de autores estrangeiros como de autores nacionais⁶.

Assim estar-se-ia a produzir duas naturezas de conhecimento: uma teorização que surgia das embrionárias pesquisas no interior das faculdades de medicina e uma teorização diretamente ligada a prática dos profissionais que ministravam as sessões. Contemporaneamente podemos refletir analogamente sobre esses níveis de conhecimento, onde, por exemplo, normalmente convivem congressos de uma “natureza científica” mais aprofundada e outros marcados pela realização de cursos eminentemente “práticos” e voltados para as necessidades de um mercado de consumo em constante mudança.

De qualquer forma, parece claro que preocupações com os profissionais

que deveriam ministrar as aulas não foram uma constante nesse momento inicial. Quais seriam então os profissionais que estiveram a ministrar tais aulas? É provável que fossem principalmente imigrantes que traziam o conhecimento e a prática adquiridos em seus países ou os militares que há algum tempo já possuíam experiência prática com atividades dessa natureza.

Indício dessa presença de militares como professores pode ser, por exemplo, encontrado em 1881. Nessa ocasião seria pela primeira vez nomeado oficialmente um professor para ministrar aulas de Ginástica na Escola Normal: o capitão Ataliba M. Fernandes. Outro indício pode ser encontrado na obra de Hely F. Câmara e Euclides Andrade (1931) que comentam a constante presença de instrutores formados pela Escola da Força Policial de São Paulo ministrando atividades em associações e estabelecimentos de ensino particular.

“Os clubs esportivos de Ribeirão Preto dispõem de um monitor da Força Pública para as suas sessões da educação physica;...o tenente Bernadelli...é professor de gymnastica e natação no club Esperia; o sargento ajudante Ramalho é mestre de Esgrima no Club Paulistano e no Portugal Club...afora muitos mais que, nas suas horas de folga, dão licções em casas particulares, concorrendo assim para a maior difusão do athletismo” (p.146).

Os imigrantes também estiveram entre os primeiros professores. Em 1873, um professor alemão (não identificado) publica anúncio no Jornal do Comércio

(1/10) se oferecendo para ministrar aulas de "...*sciencias, línguas clássicas, alemão, francez, italiano, desenho e gymnastica*". Anos mais tarde (23/04/1879) esse mesmo periódico faz publicar anúncio de um recém chegado de Paris que se oferece para ministrar "*lições (de ginástica) em alguns collegios da corte e dos arrabaldes*". A aula "...*de gymnastica seria de saúde e graduada conforme a natureza dos discípulos*". Encontrei outro indício em "*O Paiz*" (20/10/1884), uma notícia sobre a realização de uma demonstração de ginástica no Clube Ginástico Francez, com a participação de outros quatro clubes e sob direção do prof. Casali, natural da França.⁷

Poderia então destacar algumas possíveis características desses primeiros momentos da Educação Física brasileira, compreensão importante para alcance do objetivo desse estudo: a ação central dos militares na difusão de uma doutrina importada de uma realidade diversa a nossa e que atendia diretamente a seus interesses ligados a civismo, patriotismo, "*corpo saudável*", interesses que constantemente vão permear seus projetos de Educação Física; a falta de uma formação adequada para o profissional que ministrava as aulas, que normalmente procurava seu conhecimento unicamente na experiência prática, primeiro transmitida de forma oral, depois através de manuais; e a dissociação entre teoria e prática, levando, diretamente, a produção de conhecimentos de naturezas excludentes e, indiretamente, à confusão teórica em torno de denominações e objetivos.

Assim, embora não possa afirmar que somente militares ministravam au-

las, penso ser possível perceber que sua inserção, desde os primórdios, era grande e crescente. Sua influência parece ter sido sempre presente, não somente, ou especialmente, em determinado período. Essa impressão acerca da inserção dos militares fica mais clara quando percebemos o desenvolvimento mais específico da formação profissional em si. Possivelmente os militares foram os primeiros profissionais com algum forma de especialização a ministrar aulas de exercícios físicos de forma sistematizada.

Afirma-nos Inezil Penna Marinho (1952) que os primeiros esforços de formação se deram em 1902, com a fundação de uma Escola de Esgrima, com sede no Batalhão de Caçadores, São Paulo. É a partir de modificações na estrutura dessa Escola, sempre sugeridas e dirigidas por militares franceses, que em 1909 é criada a Escola de Educação Física da Força Policial. Na verdade, a Escola era um departamento da Força Policial do Estado de São Paulo, onde um quadro fixo de instrutores preparavam novos especializados e também ministravam sessões para todos os batalhões.

Com formação básica em ginástica, é possível supor que esses instrutores atuassem também fora dos quartéis. Paulatinamente o campo de ação da Escola foi sendo ampliado, bem como sua presença no cotidiano paulistano.

"Criada para educar physicamente o soldado paulista, a Escola, alargou seu campo de acção e coadjuva agora efficazmente os governos do Estado e da República na campanha por ambos apprehendida no sentido de

diffundir, tanto quanto possível, o amor pela cultura física no paiz” (Andrade e Câmara, 1931, p. 145).

É ainda nessa primeira década que podemos assistir a primeira iniciativa de caráter nacional no que se refere a formação do profissional da área: o projeto do deputado Amazonense Jorge de Moraes. Tal projeto previa a criação de duas Escolas de Educação Física, uma civil e uma militar, sem dizer, entretanto, o nível dessa formação. Quais seriam as motivações que levavam o deputado a tentar separar os caminhos da Educação Física civil e militar? Será que estava consciente das diferenças necessárias? Penso que não, uma vez que na justificativa e defesa do projeto, apresentados em plenário do Congresso Nacional, em momento nenhum fica explícito o reconhecimento de possíveis necessidades de diferenciação. Penso que tal proposição estava diretamente ligada à clara inspiração de Moraes nesse projeto: a realidade da Educação Física e da formação profissional francesa. É mesmo possível que tal projeto tenha sido escrito com auxílio direto de militares franceses que estavam no Brasil com as missões francesas.

Esse projeto, embora aprovado, não se realizou e é mesmo entre os militares que aparecem esforços mais sistematizados e efetivos no desenvolvimento da formação profissional na Educação Física brasileira. Um grande passo, por exemplo, foi dado com a fundação do Centro Militar de Educação Física, localizado junto à Escola de Sargentos de Infantaria na Vila Militar do Rio de Janeiro. Esse centro, inicialmente, deveria ministrar cursos preparatórios de três meses para oficiais e sargentos.

A fundação desse Centro pode ser considerada uma das evidências da influência que teriam os militares. Por outro lado, os médicos não ficavam fora desse processo, embora muitas vezes aparentemente estivessem menos presentes. Também no Centro Militar é possível perceber que os militares se encontravam mais diretamente na “prática”, diretamente ligados ao ensino, enquanto os médicos estavam nas academias, teorizando sobre a Educação Física, começando a dar um caráter “científico” para a área. No caso do Centro Militar, os médicos eram também militares.

Creio ser bastante peculiar o quadro que se apresentava. Era imprescindível que médicos e militares estivessem juntos no desenvolvimento do processo de formação. Os médicos forneciam, através da argumentação “científica”, um *status* para o campo de conhecimento. Enquanto os militares estavam mais presentes e inseridos, não só nos grandes escalões, como também no meio civil, onde atuavam como professores. Parece que o interesse de estar presente, seja por quais fossem os motivos, no processo de desenvolvimento da formação profissional na área de Educação Física, de alguma forma os aproximou. Mas esse diálogo nesse mesmo ponto se encerrava, não extrapolando para outras necessidades da Educação Física em seus passos iniciais.

Indicadores, por exemplo, podem ser encontrados na composição do quadro docente inicial da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD). Uma análise desse quadro mostra que era formado basicamente por médicos e militares, muitos inclusive oriundos da

Escola de Educação Física do Exército e da Policial Especial, ficando os médicos ministrando as disciplinas mais diretamente ligadas a *teoria* (anatomia, fisiologia etc...), enquanto os militares às *práticas* (treinamento esportivo, esportes, lutas etc...).

Não acredito, assim, que seja possível dividir períodos na história da Educação Física brasileira de forma estanque segundo essas influências consideradas separadamente. E mais, devemos nos afastar de posturas maniqueístas que imputam "*culpas e pecados*" a essas duas categorias, por alguns dos problemas que hoje venham a impregnar nossa área de conhecimento. Devemos reconhecer que foram deveras importantes por emprestar prestígio e fundamentação inicial à área de conhecimento, pioneiros na defesa e na consideração de suas possibilidades. Entretanto, trouxeram determinadas posturas filosóficas e ideológicas, como a falta de diálogo na construção de conhecimento que conduzia inclusive a uma dissociação entre teóricos e práticos, que devem ser cuidadosamente consideradas segundo uma perspectiva crítica, na medida que se pretenda reorientar os rumos da Educação Física brasileira. Podemos então identificar no presente como tem se manifestado, muitas vezes dissimuladamente, essas heranças, de forma que possamos dar novos rumos a nossa prática.

O Centro Militar efetivamente só começaria a atuar em 1929 com a realização de um curso provisório de formação em convênio com a prefeitura do Distrito Federal. Essa iniciativa referendava a responsabilidade dos militares no que se refere a formação profissional. O curso,

dirigido pelo Tenente Inácio Freitas Rolim e pelo Tenente Médico Dr. Vírgilio Alves Bastos, foi ministrado basicamente por militares que serviam na Escola de Sargentos de Infantaria e tinham sido preparados por Pierre de Seguir, formando militares e civis na mesma turma. Essa é considerada a primeira turma diplomada por curso oficial.

É o Centro Militar a origem de uma das escolas de Educação Física mais importantes: a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), criada inicialmente para preparar militares, mas que cada vez mais eventualmente passou a aceitar civis.

O papel preponderante dos militares e sua preocupação com a 'formação física da população brasileira' podem também ser sentido pela própria atuação do Ministério da Guerra. Ainda em 1929, o general Nestor Sezefredo Passos, Ministro da Guerra, submete um projeto de lei a uma comissão de estudo criando e estipulando padrões para uma escola nacional de formação profissional. Esse projeto recebeu inúmeras críticas da Associação Brasileira de Educação (ABE), principalmente por propor a utilização preponderante do Método Francês,¹¹ por não desligar o curso provisório e por ligar a escola superior de Educação Física ao Ministério da Guerra. Na verdade, a ABE possuía um departamento específico para Educação Física e Higiene e propunha entre outras coisas que a futura escola de formação fosse ligada à Universidade do Rio de Janeiro, futura Universidade do Brasil (1936). Em síntese, a ABE estranhou a omissão do Ministério da Educação e da Saúde nas discussões que se referiam a Educação Física. Suas críticas¹²

“...foram dirigidas tanto ao órgão burocrático do governo, considerado incapaz de ‘resolver um problema educativo nacional’, quanto as finalidades e inconvenientes de se transplantar, para o Brasil, um sistema estrangeiro de ginástica, tornando-o obrigatório” (Soares, 1994, p.83).

É interessante perceber então que as preocupações com a formação profissional em Educação Física, e possivelmente com as diretrizes que interessavam aos determinados grupos, não foram propriedade exclusiva dos militares. Entre os civis algumas manifestações foram bastante significativas. Em 1927, por exemplo, o deputado Jorge de Moraes, voltava, criticando a não execução do projeto de 1905, a tentar a criação de escolas de Educação Física ligadas à formação profissional. Significativas também foram as conclusões da seção *Da Educação Física como fator eugênico* do I Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929, que propunha entre outras coisas, a organização de escolas superiores de Educação Física para conveniente preparo dos professores *“indispensáveis a cultura física nacional”*.

No âmbito civil e estadual, na década de 30, cabe ressaltar também a criação de departamentos e escolas de Educação Física nos Estados de São Paulo e Espírito Santo. O estado do Espírito Santo criou em 1931 o Curso Especial de Educação Física para formação de normalistas especialistas, primeiro curso civil reconhecido. Embora fosse um curso *“civil”*, não é demais lembrar que era dirigido por Laurentino Bonorino, tenente do exército formado no curso

provisório de 1929. Assim parece que mesmo nos meios ditos *“civis”*, os militares estavam a participar e influenciar os rumos da Educação Física brasileira, até porque eram normalmente os que possuíam algum grau de especialização, obtido no Centro Militar, na EsEFEx e mesmo em alguns cursos que tiveram pouca duração, como o da Liga de Esportes da Marinha.

É também na década de 30 que, na capital federal, quando começava a se delinear a possibilidade da criação de uma *escola nacional*, que alguns militares mais diretamente ligados aos rumos da Educação Física começam a se deixar contagiar pela ambição da cátedra, abandonando paulatinamente a idéia de ligar a escola ao Ministério da Guerra. Na verdade, esses militares, que gozavam de grande prestígio junto ao governo Vargas, futuramente seriam essenciais na realização desse projeto.

É muito provável, no entanto, que existissem resistências internas, de alguns intelectuais que não desejavam ver na Universidade uma profissão que *“não necessitava de formação superior”*, sem falar na *“ênfase que dava ao físico em detrimento do intelectual”*.¹³ Mas o desenvolvimento da Educação Física brasileira era uma questão de tempo, pois estava também diretamente ligada, entre outros, aos interesses governamentais de um estado de exceção. A própria Secretaria Geral do Conselho Segurança Nacional elaborou um projeto de lei propondo entre outras a criação do Conselho Nacional de Desportos, do Instituto Nacional de Educação Física e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos. O Conselho Nacional de

Educação também tenta influenciar e ao apresentar um Plano Nacional de Educação ao Presidente da República propôs a criação de uma escola superior de Educação Física. É possível perceber que as ações não estavam articuladas e grupos já se apresentavam buscando direcionar os caminhos da Educação Física brasileira.¹⁴

Mas sem dúvida o grande avanço e o grande passo para a criação de uma *escola nacional*, se deu com a criação da Divisão de Educação Física (DEF) do Ministério da Educação e da Saúde (MES). Essa divisão, junto com a Juventude Brasileira e a ENEFD, seriam o tripé que sustentaria o projeto de Educação Física do Estado Novo.

A DEF, primeiro órgão especializado do governamental no nível federal, seria a responsável por sistematizar e regulamentar a partir de então todo o processo de formação profissional, bem como contribuir para a excelência dessa formação. Todas as escolas e cursos, em funcionamento ou que viessem a funcionar, deveriam pedir primeiro a autorização para tal, depois o seu reconhecimento, e seriam periodicamente inspecionadas. Um militar, João Barbosa Leite, foi nomeado seu primeiro diretor em maio de 1937.

Creio ser importante ressaltar que a DEF, a despeito de ter melhor encaminhado algumas questões ligadas a Educação Física, pode ter significado efetivamente o início do processo de separação da Educação Física de outras licenciaturas. É fácil perceber que nenhuma outra disciplina, nenhuma outra licenciatura, possuía um órgão governamental próprio ligado ao Departamento Nacional de Educação (DNE), órgão do MES. Futuramente esse processo seria perce-

bido muitas outras vezes, de muitas naturezas diversas. Basta ver que 13 dias antes da fundação da Escola Nacional, fundara-se na Universidade do Brasil a Faculdade Nacional de Filosofia, responsável por todas as licenciaturas... exceto em Educação Física. Também futuramente surgiriam associações específicas de profissionais de Educação Física,¹⁵ algumas que até hoje sobrevivem, onde as ações seriam desconectadas do conjunto das outras disciplinas escolares.

Gostaria de deixar registrado que no momento em que estou a escrever esse estudo, novamente surgem no cenário nacional discussões relativas a regulamentação da *profissão de Educação Física*, inclusive com a criação de um conselho nacional próprio, na medida que se encontra em trâmite no Congresso Nacional um projeto para tal, a revelia das discussões estabelecidas no interior de algumas entidades da categoria que apontam para a necessidade de unificar a luta nos sindicatos, em conjunto com os professores de outras disciplinas. Mas uma vez podemos perceber movimentos que insistem em dissociar nossa luta do seio da categoria docente em geral.

Em 1938, a partir da ação conjunta do DNE, do Ministério da Guerra, através da EsEFEx, e da Prefeitura do Distrito Federal, através do Instituto de Educação, realiza-se mais um curso de emergência. É importante perceber e ressaltar a influência ainda presente dos militares, não só através de órgãos específicos participantes do convênio (Ministério da Guerra e EsEFEx), como na própria composição dos docentes, militares da EsEFEx, e mesmo na figura do diretor da DEF, um capitão do exército.

É nesse contexto que é criada a ENEFD. Teria sido a fundação da ENEFD o auge de um processo de luta dos profissionais de Educação Física? Não há como negar que por trás dessa fundação se encontravam os mais diversos interesses. Para a estrutura governamental a ENEFD seria de grande utilidade, uma verdadeira 'escola de civismo e probidade'. Para os militares, que muitas vezes se confundiam com a estrutura governamental da época, seria o alcance de um velho objetivo, sem falar no acesso a cátedra, já que provavelmente seriam os futuros professores. Poucos foram os professores civis que não tinham ligação alguma com os militares, talvez só as duas professoras. Os médicos lá encontrariam mais um campo de atuação e de propagação de seu prestígio, obviamente aliado ao seu interesse pela área em questão.

Penso que esse possível quadro por ocasião da criação da Escola pode ser bem explícito para nosso intento nesse estudo. Alguns grupos começavam a se articular em torno de projetos de uma Educação Física nacional, que aliás estava diretamente ligada aos interesses do governo de exceção em decurso. Dentre esses grupos os militares possuíam certa ascendência, possivelmente devido ao lugar que estavam ocupando no cenário político nacional, mas também devido a seu precoce interesse para com a área e com a formação do profissional que nela atuaria. Muitas vezes estavam ligados a médicos que vinham estudando a área de conhecimento, a parte *científica* da Educação Física, a mais tempo, antes mesmo de preocupações com a formação profissional e desvinculados de uma prática

que se apresentava. Os movimentos mais ligados a área educacional começaram a participar mais tardiamente dessas discussões, mas suas influências, embora menores, não podem ser consideradas nem desconectadas do quadro nacional geral que se apresentava. Sua influência, por exemplo, pode ter sido fundamental na articulação das primeiras grades curriculares e na determinação do seu caráter "civil" da ENEFD, sua ligação a Universidade do Brasil. O prof. Alfredo Gomes de Faria Júnior (comunicação pessoal, 1995) comenta que

"Evidentemente essas pressões para criar devem ter existido, uma vez que se discutia Educação Física em congressos de Educação. Outra coisa, outra evidência que posso apresentar é que a parte científica da Educação Física surgiu antes da formação do professor de Educação Física... Você tem uma série de trabalhos científicos que mostram que a pesquisa existia antes da formação de professores. É provável que isso tenha feito uma certa pressão para culminar com a criação de uma Escola civil, que fosse integrada a uma universidade" (Faria Júnior, comunicação pessoal).

Desde os primórdios, então, parece-me que teoria e prática andaram dissociadas na Educação Física brasileira e a criação de escolas e cursos de formação de professores não só refletiu essa possibilidade, como também a referendou. O diálogo entre os grupos que se envolveram com a Educação Física, aparentemente mais preocupados com seus

interesses do que propriamente com a Educação Física, não foi observável, a não ser circunstancialmente. No interior da ENEFD, além disso, preconceitos e desvalorizações surgiriam com aqueles envolvidos com a *prática*, manifestado em menos poder político dentro da universidade, menos verbas para as cadeiras e até mesmo menos verbas para viagens para congressos, entre outros.

Muito se discute sobre a função da História. Talvez as reflexões a partir dela só possam "*lançar alguma luz*" no presente, mas se também podem apontar caminhos para o futuro, e particularmente acredito nessa possibilidade, penso que um caminho para a resolução dos problemas ligados a dissociação entre teoria e prática esteja no recuperar (ou estabelecer, já que pode nunca ter existido) de um diálogo entre as diversas reflexões relacionadas ao espectro de estudo da Educação Física. Não um diálogo a priori consensual ou circunstancial, mas um diálogo crítico, que faça parte de um projeto maior de construção. E fundamentalmente: que esteja dentro dos limites do respeito e da ausência de dogmas, da ausência de verdades estabelecidas, da consideração e discussão democrática de quaisquer possibilidades e pontos de vista.

Notas

¹ Nesse estudo uso o termo exercício físico aproximando de Educação Física e ginástica, conceitos confusos na realidade da época.

² Em 1823 já se falava de Educação Physica nos projetos de estímulo e

estruturação do ensino da recém declarada independente nação brasileira.

³ Além das preocupações já citadas em 1823 é também possível percebê-las em 1837, 1854, 1860. Maiores informações sobre essas preocupações podem ser encontradas no estudo de Victor Andrade de Melo (1995).

⁴ Ainda assim é interessante observar que já no século passado, em alguns colégios particulares, como Colégio Anchieta de Friburgo e Colégio Reis de Petrópolis(R.J.) e Colégio Koelle de Rio Claro e Seminário Santana de São Paulo (S.P.), e colégios públicos, como o Colégio Pedro II, já se identificava a presença curricular e sistematizada de exercícios físicos (Melo, 1995).

⁵ Delso Renault (1982) afirma que na época "*A atividade manual e mecânica são desprezadas mesmo pela classe média*"(p.85).

⁶ Exemplos disso podem ser obtidos no "Manual da arte de nadar", traduzido do francês e vendido a partir de 1881 pela Casa Laemmert, famosa livraria do Rio de Janeiro; no livro "Sports Athletiques" de E. Weber, publicado em Paris em 1905 e traduzido para o português em 1907 com o nome de "Sports Atléticos"; no livro "Homen forte, gymnástica doméstica, natação, esgrima, tiro ao alvo" de D. Nascimento, publicado em Curitiba no ano de 1905; e em dois importantes livros de Arthur Higgs, "Compêndio de gymnástica e jogos escolares" (1896) e "Manual de gymnástica higienica para uso sem necessidade de professor" (1902).

- ⁷ Em geral, a ecleticidade dos profissionais que ministravam as aulas era grande. Um exemplo disso pode ser encontrado na informação do professor Alberto Latorre de Faria ao afirmar que, na década de 10, seu professor de Ginástica no Ginásio Baiano (Salvador) foi um violonista que marcava o ritmo dos exercícios ministrados com seu instrumento (melo, 1993).
- ⁸ Entre esses militares se encontram o Capital Lemaitre, que assumiu a seção de ginástica em 1906, o Capitão Balandier, que assumiu no mesmo ano a seção de esgrima, e o coronel Paul Balagny, que sugeriu e organizou a Escola da Força Policial (Marinho, 1952).
- ⁹ Aqui mais uma vez é possível perceber a coexistência de médicos e militares na formação profissional.
- ¹⁰ O comandante do Exército Francês Pierre de Seguir assumiu a direção da Educação Física da Escola Militar em 1928 e teve importante papel no desenvolvimento de metodologias, principalmente de lutas, e na preparação de profissionais brasileiros, normalmente militares, para o ministrar de cursos e aulas.
- ¹¹ O projeto propunha a adoção em todo território nacional do Método Francês enquanto não fosse criado um método nacional.
- ¹² Essas críticas não significavam que a ABE tinha uma proposta de Educação Física completamente dissonante dos projetos de outros fóruns da época. Maiores informações podem ser encontradas em Carmem Lúcia Soares (1994).
- ¹³ Para fazer essas afirmações baseio-me em algumas das entrevistas concedidas para minha dissertação de mestrado, principalmente o depoimento do prof. Alfredo Gomes de Faria Júnior.
- ¹⁴ Reflexões sobre as relações entre Educação Física e Estado Novo podem ser obtidas em Cantarino Filho (1982) e Castellani Filho (1987).
- ¹⁵ A primeira associação dessa natureza surgiu em 1935, em São paulo, com a fundação da Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo (APEF-SP). Muitas outras associações surgiram além dessa, umas de caráter mais provisório, outras resistindo até os dias atuais.

Referências Bibliográficas

- ARQUIVOS DA ENEFD. *Rio de Janeiro : Escola Nacional de Educação Física e Desportos*, 1945-1961.
- BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. *Rio de Janeiro : DEF/MES*, 1941-1954.
- CANTARINO FILHO, Mário R. *A educação física no Estado Novo: história e doutrina* (dissertação de mestrado). Brasília : Universidade de Brasília, 1982.
- CAMARA, Hely F. e ANDRADE, Euclides. *A Força Pública de São Paulo - Esboço histórico*. São Paulo, s.n., 1931.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas : Papirus, 1988.

- ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. *Probidade e Civismo: 1939-1942*. Rio de Janeiro: ENEFD, 1943.
- GEBARA, Ademir. Perspectivas (na história) para o século XXI. In: MOREIRA, Wagner Wey (org). *Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1873.
_____. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1879.
- MARINHO, Inezil Penna. *História da Educação Física e Desportos no Brasil*. Rio de Janeiro: DEF-MES, 1952-53
- MELO, Victor Andrade de. *Alberto Latorre de Faria e a Educação Física brasileira - uma biografia autorizada (memória de licenciatura)*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MELO, Victor Andrade de. *Esporte, Educação Física e Cultura Corporal - raízes brasileiras no século XIX*. Rio de Janeiro, s.n., 1995 (mimeo).
- PAIZ. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1884.
- PESSOA, Roberto. Escola Nacional de Educação Física e Desportos. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE-SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO. *Cursos e Conferências*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1944.
- RENAULT, Delso. *O dia a dia do Rio de Janeiro segundo os Jornais - 1870 - 1879*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1982.
- SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física-raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.